

ENTRE MÁSCARAS, ESCULTURAS E MEMÓRIAS: A EDUCAÇÃO MUSEAL COMO HORIZONTE CRÍTICO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA

EXPLORING MASKS, SCULPTURES AND MEMORIES: MUSEUM EDUCATION AS A CRITICAL HORIZON FOR TEACHING AFRICAN HISTORY

Ana Luiza Nevesⁱ

Moisés Corrêa da Silvaⁱⁱ

Resumo: Neste artigo, propomos refletir sobre os desafios e possibilidades do ensino da história da África a partir da educação museal, com foco nos aparelhos museológicos públicos no Brasil. Nossa objetivo é examinar de que maneiras os museus podem contribuir – ou não – para uma pedagogia crítica e descolonizadora sobre as histórias africanas e suas diásporas. Ele se estrutura em torno de um debate articulado por meio de três movimentos analíticos interdependentes, que sustentam a reflexão desenvolvida no texto. Esses movimentos terão suas dimensões interligadas a um problema maior: a urgência de repensar os museus públicos brasileiros como agentes pedagógicos capazes de operar deslocamentos nas formas de ensinar e aprender sobre a África. A proposta aqui, portanto, não é apenas mapear experiências, mas compreender as disputas de sentido que atravessam a presença (ou ausência) da história africana nos espaços de memória institucionalizados. A partir de exemplos localizados e analisados nesta empreitada, fruto de uma pesquisa com foco nesta amostragem – como o Museu da Inconfidência (em Ouro Preto/MG), e o Museu da Abolição (no Recife/PE) –, buscaremos evidenciar como essas práticas pedagógicas insurgentes podem contribuir para um ensino da história da África mais robusto, situado e epistemologicamente engajado.

Palavras-chave: História da África; Educação Museal; Pedagogia Decolonial.

Abstract: The propose of this article is to consider the challenges and possibilities of teaching African history through museum education, focusing on public museological institutions in Brazil. Our aim is to investigate the ways in which museums can – or cannot – contribute to a critical and decolonizing pedagogy concerning African histories and their diasporas. The article is structured around a debate articulated through three interdependent analytical movements that support the considerations developed throughout the text. These movements are interconnected with a broader issue: the urgent need to rethink Brazilian public museums as educational entities capable of shifting the ways in which Africa is taught and learned. The goal, therefore, is not merely to map experiences, but to understand the contested meanings that shape the presence (or absence) of African history within institutionalized memory spaces. Drawing from situated examples – such as the Museum of Inconfidência (in Ouro Preto, Minas Gerais) and the Museum of Abolition (in Recife, Pernambuco) – we aim to demonstrate how these insurgent pedagogical

practices can contribute to a more robust, situated, and epistemologically engaged teaching of African history.

Keywords: African history; Museum Education; Decolonial Pedagogy.

1. INTRODUÇÃO

"Aquele que cuida da sua casa, cuida do mundo."
Chinua Achebe, em "O Mundo se despedeça".

Nas últimas décadas, a discussão sobre o ensino da história da África no Brasil ganhou fôlego em meio a uma série de disputas epistemológicas, políticas e culturais em torno da presença e da representação das populações africanas e afrodescendentes na sociedade brasileira. A promulgação da Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis da educação básica, representou um marco institucional importante. Todavia, sua implementação prática permanece profundamente desigual, intermitente e frequentemente limitada a datas comemorativas e abordagens superficiais. Nesse contexto, os museus e espaços de memória pública surgem como agentes fundamentais para a construção de uma educação mais densa, plural e situada sobre a história do continente africano, e desafia tanto o cânone historiográfico eurocêntrico quanto a pedagogia tradicional.

A interseção entre educação museal e ensino de história da África ainda é um campo relativamente recente e subexplorado na produção acadêmica brasileira, embora haja experiências e práticas pedagógicas relevantes em curso (Ferreira, 2024). A centralidade da escola como lócus privilegiado da formação histórica tem deixado em segundo plano outras formas e espaços de produção de conhecimento histórico, como os museus, os centros culturais, os sítios de memória e os acervos comunitários. No entanto, a história é um campo de disputas simbólicas e representacionais que se expressam em materialidades, narrativas, imagens e performances. Os museus, nesse sentido, não são somente repositórios de objetos ou vitrines neutras do passado, são instituições produtoras de discursos, de memórias e de hierarquias de valor cultural. Como nos alerta Tony Bennett (1995), o museu moderno nasce como parte de um aparato disciplinar que organiza o saber e o olhar do público, ao estabelecer normas de civilidade e legitimar determinadas visões de mundo em detrimento de outras.

Neste artigo, propomos refletir sobre os desafios e possibilidades do ensino da história da África a partir da educação museal, com foco nos aparelhos museológicos públicos no Brasil. Nossa objetivo é examinar de que maneiras os museus podem contribuir – ou não – para uma

pedagogia crítica e descolonizadora sobre as histórias africanas e suas diásporas. Interessa-nos, sobretudo, compreender como essas instituições lidam com os repertórios simbólicos, os acervos materiais e as narrativas sobre a África, ao explorar tanto as permanências de um imaginário colonial quanto as tentativas de sua superação. Para isso, este artigo se estrutura em torno de um debate que se articula por meio de três movimentos analíticos interdependentes, que sustentam a reflexão desenvolvida nas seções seguintes.

O primeiro desses movimentos procura observar como as imagens da África frequentemente comparecem nos museus brasileiros por meio de uma lógica que associa o continente à ausência, precariedade ou desumanização. Quando representados, os agrupamentos africanos são muitas vezes fixados em uma ótica de inferioridade que reduz suas contribuições históricas, sociais e culturais a estigmas herdados da escravização e da colonialidade. Essa lógica reverbera tanto na seleção de objetos expostos quanto nas narrativas curatoriais que os acompanham, e encontra paralelo na crítica feita por V. Y. Mudimbe (2019) à forma como a África foi “inventada” pelo olhar ocidental, sistematicamente reduzida a um outro primitivo, exótico e silenciado. Tal representação compromete de forma direta a potência pedagógica dos museus, uma vez que limita as possibilidades de ensino da história da África à repetição de estereótipos, o que obscurece a diversidade e a profundidade das experiências africanas.

Por outro lado, um segundo movimento deste trabalho busca examinar estratégias de inversão dessa lógica, recorrendo a perspectivas que se aproximam da noção de “superioridade africana” como possibilidade de reconfiguração narrativa no espaço museal. Inspirados na crítica feita por Carlos Lopes (1995) à “pirâmide invertida” – isto é, à tendência de se concentrar nas inferioridades africanas em detrimento de suas realizações –, investigamos experiências museológicas que têm procurado construir narrativas que enfatizam os impérios, as tecnologias, as formas de organização política e os sistemas de conhecimento produzidos nas sociedades africanas ao longo da história.

A valorização dessas dimensões permite não apenas corrigir uma distorção histórica, mas também, ampliar o horizonte epistemológico do ensino da história da África, oferecendo aos públicos escolares e gerais uma compreensão mais afirmativa e complexa do continente.

Por fim, um terceiro movimento analítico do artigo volta-se para a elaboração de abordagens mais densas e multissituadas da complexidade histórica e social africana dentro do ambiente museológico. Aqui, propomos pensar como determinadas práticas, curatoriais e

educativas, especialmente aquelas informadas pelas teorias pós-coloniais e decoloniais, têm contribuído para a construção de experiências museais que reconstroem narrativas sobre a África tanto quanto produzem formas de letramento histórico e racial.

O ensino da história da África nesses contextos, ao dialogar com o pensamento de autores como Achille Mbembe (2018), Ngũgĩ wa Thiong'o (2025), Felwine Sarr e Bénédicte Savoy (2018), passa a se organizar em torno de premissas mais críticas, politizadas e plurais. São experiências que compreendem o museu não como um espaço de mera exposição, mas como um território de disputa por sentidos, memória e reconhecimento. A partir de exemplos localizados – como o Museu da Inconfidência¹ (Ouro Preto/MG), e o Museu da Abolição² (Recife/PE) –, que se revelaram como amostragem de pesquisa, buscaremos evidenciar como essas “práticas pedagógicas insurgentes” podem contribuir para um ensino da história da África mais robusto, situado e epistemologicamente crítico.

Ao longo do artigo, esses três movimentos não serão tratados como blocos estanques. Eles terão suas dimensões interligadas a um problema maior: a urgência de repensar os museus públicos brasileiros como agentes pedagógicos capazes de operar deslocamentos nas formas de ensinar e aprender sobre a África. A proposta aqui, portanto, não é apenas mapear experiências, mas compreender as disputas de sentido que atravessam a presença (ou ausência) da história africana nos espaços de memória institucionalizados.

¹ Localizado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, o Museu da Inconfidência foi criado em 1938, sob a coordenação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Span), e inaugurado em 1944. Tem como principal objetivo preservar, pesquisar e divulgar objetos e documentos relacionados ao período colonial, à Inconfidência Mineira e à arte barroca.

² Sediado no Sobrado da Madalena, na região central de Recife, o Museu da Abolição foi criado em 1957, pelo ex-Presidente Juscelino Kubitscheck, por meio da Lei Federal nº 3.357, em homenagem aos abolicionistas João Alfredo e Joaquim Nabuco. Foi oficialmente inaugurado no dia 13 de maio de 1983. Tem como objetivo principal pesquisar, preservar e divulgar a memória e o patrimônio material e imaterial da população afrodescendente.

Ao estruturar o texto nesses três eixos, buscamos contribuir com o debate sobre o papel dos museus na construção de um ensino de história da África que conteste os estereótipos herdados da colonialidade e que afirme as múltiplas formas de existência, pensamento e produção de conhecimento africanas. O desafio, portanto, é deslocar os museus do lugar de conservação estática para o de práticas pedagógicas insubmissas, capazes de tensionar a ordemposta dos saberes e dos objetos.

Essa discussão se insere num campo teórico e metodológico que combina estudos pós-coloniais, teoria crítica museológica, pedagogia decolonial e história da África. A partir da interseção entre esses campos, interrogamos os processos de produção, mediação e recepção de narrativas museológicas sobre a África. Questionamos quem conta essa história, com quais recursos, com que intenções e para quais públicos. Dialogamos com autoras como Circe Bittencourt (2004), da qual se originam os fundamentos e métodos de um tipo de ensino de história; Aline Montenegro Magalhães (2022), que pensou as formas como algumas exposições do Museu Histórico Nacional narram a arte afrodiáspórica; e Mônica Lima (2018), que aborda a educação patrimonial como um elemento de ativação da história do Cais do Valongo (Rio de Janeiro-RJ). Além disso, nos colocamos na constelação de referências internacionais, como Annie Coombes (1994) e James Clifford (1997), cujos trabalhos têm sido fundamentais para a reconfiguração crítica das práticas curatoriais e educativas em contextos marcados por colonialismos históricos e estruturais.

Cabe igualmente situar o recorte espacial e institucional deste artigo. Quando falamos em aparelhos museológicos públicos no Brasil, nos referimos tanto a museus mantidos por órgãos estaduais e federais, quanto a iniciativas municipais e centros culturais que operam com acervos e narrativas sobre a África ou as populações afro-brasileiras. Porém, iremos nos ater aos casos do Museu da Inconfidência (MG) e do Museu da Abolição (PE). Em muitos casos, esses espaços convivem com contradições profundas: embora carreguem um projeto de valorização da cultura africana e afro-brasileira, muitas vezes estão inseridos em estruturas institucionais que ainda operam sob lógicas eurocêntricas em âmbitos autárquicos e com poucos recursos.

A proposta aqui busca não somente apresentar problemas, mas mapear possibilidades: o que está sendo feito nos museus públicos brasileiros para ensinar a história da África de forma crítica e o que ainda precisa ser feito? Que estratégias pedagógicas, materiais didáticos, linguagens curatoriais e práticas educativas podem ser mobilizadas para tornar os museus espaços de aprendizagem transformadora sobre o continente africano? Como os museus podem

ajudar a formar um público mais crítico e sensível às heranças africanas no Brasil e no mundo? Essas são algumas das questões que orientam nosso percurso reflexivo ao longo deste artigo.

Portanto, esta introdução não delimita o recorte temático e metodológico do texto por si. Ela convoca o leitor a acompanhar uma jornada crítica sobre os usos públicos da história da África nos museus, entendendo-os como lugares de disputa, de reimaginação e de reencantamento do mundo. Se a África foi, como disse Mbembe (2018), uma das grandes vítimas do “empobrecimento ontológico”³ promovido pela colonização e pela escravização, é precisamente nos espaços de memória, como os museus, que se pode iniciar o processo de reconstrução simbólica, pedagógica e afetiva de suas múltiplas histórias.

2. Educação Museal como horizonte teórico-metodológico para o ensino de história da África

A articulação entre educação museal e ensino de história da África exige uma abordagem teórico-metodológica que vá além da instrumentalização pedagógica do museu como recurso didático. Pensar a educação museal como um horizonte epistemológico implica reconhecê-la como prática social complexa, situada histórica e politicamente, capaz de tensionar as estruturas narrativas do conhecimento histórico e intervir nas formas como os sujeitos se reconhecem – ou não – nos discursos produzidos pelas instituições de memória.

Conforme indica Bruno, Wickers e Santos (2024), a educação museal é um campo que se constitui a partir da relação entre o público, os objetos e os discursos museológicos, sendo, portanto, atravessada por disputas em torno do que se conserva, do que se expõe e, principalmente, do que se ensina.

Essa complexidade torna-se ainda mais evidente quando se trata do ensino da história da África. A descontinuidade histórica a que a África foi submetida no imaginário ocidental – conforme analisa Mudimbe (2019) – reverbera nos museus por meio da sub-representação, da exotização/homogeneização e da ausência de contextualização histórica de objetos africanos. Nesse cenário, o papel da educação museal foi reduzido à mediação de acervos ou à organização

³ O termo “empobrecimento ontológico” refere-se aos processos históricos e pedagógicos que desconsideram a pluralidade dos modos de ser, saber e existir dos povos africanos e afrodiásporicos e operam uma desqualificação sistemática de suas ontologias. Trata-se, portanto, de um esvaziamento simbólico e epistêmico que reduz sujeitos a categorias subalternizadas e compromete a própria possibilidade de reconhecimento de seus mundos como válidos e inteiros.

de atividades escolares. Contudo, precisa ser compreendido como uma instância crítica de produção de sentidos, uma pedagogia situada que contribua para a reescrita das histórias africanas a partir do espaço museológico.

Autores como Waldisa Rússio (2010a) já reivindicavam uma concepção ampliada da função educativa dos museus, em que a educação, além de ser uma atividade subsidiária, era um núcleo organizador das práticas museológicas. Em diálogo com essa tradição, a produção recente (Silva e Costa, 2024) vem consolidando uma concepção de educação museal como campo autônomo, dotado de referencial teórico próprio, comprometido com processos de letramento crítico, construção de cidadania e fortalecimento de identidades plurais. Tal perspectiva está em consonância com a proposta de uma pedagogia museal anticolonial (Chuva, 2020) a partir das discussões acerca do patrimônio, que reconhece o museu como espaço de disputas e como território pedagógico de insurgência, resistência e reexistência.

Nesse contexto, o ensino de história da África a partir dos museus demanda metodologias que estejam alinhadas com epistemologias críticas, tanto epistemológicas quanto pedagógicas. É nesse ponto que os aportes da historiografia africana se tornam fundamentais para a elaboração de estratégias educativas no campo museal. Autores como Joseph Ki-Zerbo (2010) e Elikia M'Bokolo (2009) insistem na centralidade da complexidade africana e na necessidade de se romper com as narrativas que associam a África à ausência de história, tradição imóvel ou homogeneidade cultural. Para que essa complexidade seja efetivamente mobilizada em práticas educativas, é preciso tensionar as estruturas curatoriais e museográficas que ainda reproduzem visões hierárquicas e essencializadas sobre o continente.

A educação museal, quando articulada ao ensino da história da África, deve operar como uma pedagogia da escuta e da descolonização. A esse respeito, necessitamos de uma proposta de “educação museal decolonial” como uma estratégia que desloca o foco do objeto enquanto evidência para as relações de poder que o constituem como espaço enunciativo da experiência nos museus. Tal abordagem permite questionar os modos pelos quais objetos africanos foram incorporados aos acervos dos museus, muitas vezes desprovidos de contexto e tratados como artefatos “primitivos” ou “exóticos”, reafirmando, assim, a lógica do colonialismo museológico. No entanto, esses mesmos objetos, quando reinscritos em narrativas que buscam descentralizar uma abordagem mais tradicional, podem se converter em instrumentos pedagógicos de ampliação dos repertórios históricos acerca da África e torná-los mais acessíveis ao público.

Por isso, é imprescindível que os processos educativos nos museus sejam pensados a partir de uma crítica aos regimes de representação que naturalizam as ausências e obscurecem as presenças africanas. Stuart Hall (2003) advertia que toda representação é atravessada por relações de poder. Transpondo esse pensamento para o universo dos museus, como dispositivo cultural, não o vemos fora dessas dinâmicas. Nesse sentido, a pessoa educadora museal ocupa uma posição estratégica, como mediadora não apenas entre o objeto e o visitante, mas entre diferentes regimes de saber e diferentes formas de se relacionar com as temporalidades, acionando, assim, diversos “dispositivos” (Agamben, 2009). A formação crítica desses profissionais, portanto, é um dos pilares para a construção de uma educação museal que enfrente o racismo epistêmico e se engaje com a reparação histórica, tal qual a linha desenhada por Oliva e Conceição (2023) quando pensavam a história da África dentro dos currículos.

Do ponto de vista metodológico, isso implica a construção de práticas educativas que considerem a multiplicidade dos públicos, a diversidade dos repertórios culturais e as dimensões afetivas da aprendizagem histórica. Como indicam Ana Mae Barbosa (2009) e Tereza Scheiner (2012), o museu deve ser um espaço de mediação simbólica e de construção coletiva de sentidos, em que a experiência do visitante não seja passiva ou espectatorial. Ela deve ter uma propriedade participativa, dialógica e criativa, de irrupção. No ensino da história da África, isso significa, por exemplo, promover ações educativas que mobilizem narrativas orais, práticas performativas, escuta comunitária e co-curadorias com uma multiplicidade de sujeitos; buscando estratégias de tensionar as experiências, os deslocamentos empíricos e epistemológicos e os processos de criação expográfica e pedagógica.

Ademais, é preciso considerar que muitos museus brasileiros operam com restrições materiais, humanas e simbólicas que limitam sua capacidade de ação crítica. Em um país marcado por desigualdades estruturais e por uma longa tradição de exclusão cultural, a educação museal enfrenta o desafio de ser, ao mesmo tempo, espaço de denúncia e de proposição. Deve ser denúncia das ausências, silenciamentos e distorções produzidas por uma história oficial; proposição de outras formas de narrar, expor, mediar e ensinar as histórias africanas, em articulação com as lutas contemporâneas por reconhecimento e efetivação de uma “justiça epistêmica”⁴.

⁴ Entende-se por justiça epistêmica um conceito-ação importante para a construção de trabalhos nos quais é necessário que grupos sociais distintos tenham seu conhecimento, memórias e saberes valorizados dentro de uma narrativa oficial. Ela busca dar fim às desigualdades advindas do silenciamento de grupos historicamente subalternizados e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, os museus não são instituições neutras, e a história que contam é sempre atravessada por escolhas políticas, afetivas e epistemológicas. A educação museal, nesse sentido, pode se tornar um poderoso instrumento de formação histórica e de reconstrução simbólica, desde que se comprometa com uma pedagogia situada e plural. No ensino da história da África, esse compromisso exige uma revisão das formas como os acervos são interpretados, das narrativas que são produzidas e como a mediação acontece nesses espaços. Reescrever a história da África a partir dos museus, portanto, trata-se de reescrever os próprios museus e suas formas de concepção institucional, tal qual pensado por Tina Campt (2017), por exemplo, quando explorou os caminhos de “escuta” das fotografias do mundo afrodiáspórico, engajando-se com arquivos historicamente silenciados ou perdidos no que tange às produções das artes da África e afrodiáspóricas.

3. Entre silêncios e reconfigurações: o Museu da Inconfidência e as possibilidades de inscrever a África a partir da educação museal

A discussão sobre os limites e as potências do ensino da história da África a partir da educação museal demanda, em sua radicalidade, o enfrentamento direto com os dispositivos que historicamente organizaram o campo da memória no Brasil. Nesse sentido, o Museu da Inconfidência, localizado em Ouro Preto (MG), emerge como um caso paradigmático diante desta pesquisa: ao nosso ver, seu acervo, profundamente enraizado numa narrativa elitista e luso-centrada, foi constituído como parte de uma operação simbólica de consolidação de uma identidade nacional fundada no esquecimento ativo das contribuições africanas e afro-brasileiras. Quando essas apareciam, eram atreladas à memória oficial, como na constituição do barroco como “estilo” de arte do Brasil Colonial. Ao mesmo tempo, iniciativas recentes – como o projeto “Museus em Movimento” e a instalação de retratos de personalidades

afrodescendentes na fachada da instituição – tensionam os regimes representacionais vigentes e abrem fissuras importantes para a emergência de outras narrativas, mais plurais e entrelaçadas com uma pedagogia histórica crítica, tal qual elaboramos na seção anterior.

Como destaca o artigo de Rocha, Silva e Romagnoli (2024), a narrativa do Museu da Inconfidência esteve historicamente voltada para a afirmação de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008) que exclui sistematicamente os sujeitos africanos e indígenas do processo histórico. A ênfase quase absoluta na Inconfidência Mineira – e, mais especificamente, na atuação dos chamados “heróis da pátria” – contribuiu para cristalizar uma memória pública na qual as dinâmicas africanas apareciam apenas como pano de fundo subalternizado, quase sempre associadas dor, suplício ou passividade. Essa narrativa alinha-se ao que Françoise Vergès (2023) identifica como “fetichização do objeto como prova de desenvolvimento”, isto é, uma operação simbólica que associa ausência de técnica e de cultura a inferiorização epistêmica. Nesse caso, a autora critica a lógica dos museus ocidentais, quando argumenta que:

O museu universal se vê como um refúgio ou santuário, mas parece muito distante de poder assumir esse papel, porque, para interpretá-lo, teria de reconhecer a parte que desempenhou na maneira como a ordem racista, patriarcal e extrativista do mundo se instituiu, e ter a determinação necessária para se insurgir contra ela. (Vergès, 2023, p.14).

Vergès (2023, p. 15) comprehende os esforços de alguns espaços quando esses se mobilizam e dialogam com os povos e as comunidades que sofreram espólio de seus objetos. Da mesma forma, enfrentam os limites dos seus acervos e “convidam artistas, ativistas e pesquisadores para refletir e criar com eles” – o que a autora comprehende que não pode funcionar simplesmente como argumento retórico, enquanto existe “um estado de guerra permanente” contra os povos historicamente subalternizados.

No entanto, as práticas recentes voltadas à reconfiguração desse imaginário – como a iniciativa de ocupar a fachada do museu com imagens de personalidades que construíram a cidade – permitem que repensem criticamente as categorias de “inferioridade” e “superioridade” africanas na pedagogia museal. A presença dessas imagens, ainda que externas ao acervo permanente, desloca o eixo do olhar do visitante, obrigando-o a confrontar, ainda que indiretamente, a invisibilidade histórica a que foram submetidas as trajetórias africanas em Ouro Preto. O projeto atua como dispositivo de contestação visual e política da narrativa hegemônica e, nesse gesto, produz uma “pedagogia da presença” – uma pedagogia que, mais do que inserir novos conteúdos, traz nova configuração ao modo como a história é performada,

lida e sentida no espaço público. Foi a partir disso que algumas fotografias foram incluídas em diálogo com a exposição permanente do museu, friccionando pedagogicamente a narrativa ali criada.

O gesto de tornar visível o que foi negado inscreve-se diretamente no campo de disputas epistêmicas. É justamente no interior desse espaço que se abrem fissuras importantes. A iniciativa “Museu da Inconfidência e Direito à História”, descrita no artigo de Rocha, Silva e Romagnoli (2024), propõe um deslocamento curatorial de sentido, a partir da articulação com movimentos culturais locais. Esse tipo de prática evoca a noção de curadoria compartilhada e de pedagogia insurgente, em que o museu deixa de ser um templo da conservação para se tornar um campo de conflitos simbólicos e de produção de novas historicidades.

É nesse horizonte que podemos articular os três eixos analíticos mobilizados neste artigo. Em primeiro lugar, a lógica da inferioridade – ainda tão presente na representação da África e dos africanos, apenas por meio de escravidão, dor e castigo – começa a ser desconstruída quando o museu é forçado a abrir suas vitrines e suas fachadas a outras formas de presença. A imagem dos rostos afrodescendentes é um gesto pedagógico potente: ela recusa o lugar do silêncio e reinscreve as existências africanas como parte constitutiva da história local e global. Como observa Anne Lafont (2023, p. 75), é na visibilidade imagética e na positividade da presença que se desenha uma prática anticolonial frente às imagens que vieram antes. Assim, desenvolvemos na educação museal uma pedagogia do esperançar que se opõe frontalmente à lógica da subalternização.

Em segundo lugar, as ações do projeto “Museus em Movimento” podem ser lidas como uma tentativa de reinscrever no espaço do museu uma perspectiva de “superioridade africana” no sentido proposto por Carlos Lopes (1995): reconhecer os impérios, saberes, sistemas simbólicos e contribuições civilizatórias de matriz africana. Contudo, nesse caso, sem distorcê-los ou buscando heroicidades. A ausência desses referenciais no Museu da Inconfidência denuncia o apagamento ativo de uma história africana que transcende a condição de escravizado. Reintegrar essa dimensão é uma tarefa urgente – e possível –, como demonstram as propostas de curadorias contra-hegemônicas que surgem a partir do diálogo com os sujeitos locais, os saberes comunitários e a educação museal.

Por fim, a dimensão da complexidade histórica africana aparece na própria pluralidade de sujeitos, experiências e memórias que as novas abordagens museais têm buscado visibilizar. O enfrentamento à colonialidade, como lembram Mbembe (2018) e Ngũgĩ wa Thiong'o (2025),

exige mais do que revisão de conteúdos: requer a construção de um novo paradigma de leitura da história, no qual a África não seja mais pensada a partir da falta, mas de sua presença múltipla e irreduzível. O Museu da Inconfidência, ao se abrir para essas complexidades, torna-se um campo fértil para práticas educativas que desafiem o cânone e instituem outras formas de pertencimento.

No entanto, enfatiza-se que essas mudanças ainda são pontuais e, muitas vezes, simbólicas. A instalação de retratos, por exemplo, ocorre na fachada, ou seja, fora do espaço institucional e leva a reconfiguração para dentro do museu. Em detalhes rastreados na pesquisa, vimos que o museu consolidou essa interiorização a partir de diálogos com a exposição de longa duração. Contudo, a fachada, por definição, é o que precede o interior – e, nesse sentido, sua ocupação pode tanto anunciar transformações profundas mediante as narrativas pautadas ou meramente apontar para um argumento retórico esvaziado de significados como inferido por Vergès (2023).

Essa ambiguidade exige vigilância crítica. Como nos ensina Bralon Soares (2020, p. 5), museus estão eivados de relações de poder: são aparatos atravessados por interesses, seleções e exclusões. Segundo o autor, para mudar a ordem vigente é preciso “desafiar o pensamento racional iluminista para encontrar saídas imaginativas que permitam produzir uma nova ordem material” (*ibidem*). Descolonizá-los é um processo contínuo, tenso e, sobretudo, político.

(...) Assim, a descolonização do pensamento museológico significa a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regimes de colonialidade imperantes (*ibidem*).

O desafio, portanto, é visibilizar a presença africana por meio da mediação e reconfigurar estruturalmente o modo como os museus produzem e tensionam a história, dentro dos parâmetros de ativação que a educação museal pode proporcionar juntamente com as estratégias de curadoria. É um exercício em conjunto. Isso implica revisões nos acervos, nas legendas, nos roteiros, nas práticas curatoriais e educativas. Requer repensar, igualmente, a composição das equipes e a formação de seus profissionais. Implica, sobretudo, reconhecer que a história da África e da diáspora africana no Brasil não é acessória: ela é constitutiva da própria ideia de Brasil. Nesse sentido, museus como o da Inconfidência têm diante de si a tarefa urgente de se tornarem instituições criticamente diversas, capazes de produzir mais do que memória. As ações precisam se coadunar com a imbricação entre representações simbólicas, políticas e

históricas, e fomentar, assim, um tripé indissociável para as dimensões de atividades da educação museal. O Museu da Inconfidência se desponta em potencial para esta tarefa.

4. Entre acervos e insurgências: desafios e possibilidades de ensinar história da África no Museu da Abolição

O Museu da Abolição (MAB), situado no Recife e vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), apresenta-se como um terreno fértil – e ao mesmo tempo tenso – para o ensino da história da África a partir da educação museal. Seu acervo de cultura material africana, constituído a partir da doação de peças apreendidas pela Receita Federal e posteriormente inscrito em um projeto formativo conduzido por jovens negres do Mandume Coletivo Cultural⁵, tanto amplia o repertório material sobre as histórias africanas em museus brasileiros, quanto desafia os modos convencionais de ensino, curadoria e mediação. O MAB, que nasce sob o signo paradoxal da “abolição” celebrada oficialmente pela elite imperial brasileira, desloca-se paulatinamente de um marco comemorativo para um espaço de reinscrição crítica da memória afrodiáspórica e africana. Tal deslocamento, contudo, não se dá sem fricções: ele é construído no entrelugar das ausências institucionais e da insurgência epistemológica dos sujeitos que ocupam, nomeiam e reconfiguram suas vitrines e discursos.

O ensino da história da África nesse contexto museológico exige mais do que metodologias alternativas ou exposições ilustrativas. Ele demanda o reconhecimento de que os objetos ali presentes – máscaras senufo, esculturas baga, colheres cerimoniais dan, adornos bambara, entre tantos outros – não são artefatos isolados. Por essa amostragem, eles são fragmentos de mundos ontologicamente distintos, cuja inscrição em território brasileiro se dá sob os signos da ruptura, da ressignificação e da ambivalência. A história que se pode ensinar a partir desses objetos não é linear, tampouco cumulativa: ela é atravessada por silêncios, apagamentos e retornos. Os objetos do MAB operam como imagens-agentes, isto é, presenças

⁵ O Mandume Cultural é uma organização do terceiro setor com foco no desenvolvimento cultural e criativo de projetos, fundada em 2020 na cidade do Recife.

visuais e materiais que interpelam o presente brasileiro ao reativar cosmologias, estéticas e epistemes africanas ocultadas ou distorcidas pela colonialidade museal.

O Catálogo “Cultura Material Africana – Primeiro Catálogo do Acervo de Arte Africana do Museu da Abolição” (2022), concebido como um gesto coletivo, político e formativo, revela essa potência. Ao fazermos sua análise, a escrita, marcada por narrativas plurais, orais e afro referenciadas, rompe com os padrões classificatórios hegemônicos da museologia etnográfica e constrói um instrumento pedagógico capaz de desestabilizar o olhar do visitante e do educador. Não se trata, aqui, de ensinar sobre a África como um passado encerrado em vitrines. Busca-se convocar a África como uma presença constitutiva do Brasil, cujos rastros e reverberações demandam escuta atenta, repertórios pluriversos e metodologias críticas. Um dos provérbios africanos citados no catálogo – “mesmo o leito seco de um rio ainda guarda o seu nome” – sintetiza essa abordagem: a história da África nos museus não deve ser uma arqueologia de relíquias, mas um processo vivo de reinscrição da memória e de reivindicação de presença.

Nesse cenário, o MAB revela desafios significativos. O primeiro deles é o tensionamento entre a etnicidade como categoria classificatória e a multiplicidade de sentidos imanentes aos objetos. Na análise do agrupamento das peças, segundo supostas etnias de origem – como iorubá, dogon, baga ou bamum –, o catálogo flerta com uma classificação que, embora se afaste da racionalidade tipológica ocidental, ainda recorre a categorias estabilizadas, muitas vezes construídas sob o olhar colonial. Conforme discutido por Amselle (2017), essas etnizações podem ocultar as redes de trocas, deslocamentos e conflitos que atravessaram as sociedades africanas, especialmente em períodos pré-coloniais e coloniais. A educação museal, nesse ponto, precisa ser capaz de mobilizar tais contradições como objeto de reflexão crítica, transformando a própria ambivalência das classificações em ferramenta pedagógica⁶.

⁶ Para aprofundar sobre os perigos da etnicidade e etnicização de grupos sociais em museus, veja BARBOSA, Nila Rodrigues. *Museus e etnicidade - o negro no pensamento museal*: Sphan - Museu da Inconfidência - Museu do Ouro Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), 2013.

Outro desafio está na forma como o acervo foi incorporado ao museu: por meio de uma apreensão alfandegária, desprovida de informações sobre proveniência, autoria ou contexto ritual de uso. Essa condição – de opacidade e desenraizamento – não deve ser vista como um obstáculo à educação. Ela é uma oportunidade de promover debates sobre os regimes de circulação, expropriação e institucionalização dos objetos africanos. Como argumenta Mudimbe (2019, p. 32), temos ali um espaço de domesticação da alteridade, que esvazia os objetos de sua agência e os reinscreve em narrativas de homogeneização. A resposta não deve ser reconstituir uma origem perdida. Devemos explorar as possibilidades pedagógicas dessa opacidade: ensinar a história da África é ensinar as histórias de suas perdas, seus deslocamentos, suas resistências. Por isso, buscamos compreender estas mudanças epistemológicas nos colocando em diálogo com Luiz Rufino (2019) e o seu “ebó epistemológico”, dentre saberes que cruzam outros modos, os afetam, atribuem “mobilidade, dinamismo e transformação” e produzem “efeitos de encantamento nas esferas do saber, as mobilizando na perspectiva da abertura de caminhos” (Rufino, 2019, p. 45).

Os ebós são, em suma, as múltiplas tecnologias inventadas e praticadas como possibilidade para a potencialização de energias que nos movem na/para abertura de caminhos e acúmulo de força vital. O ebó é artimanha de encante e sobrevida. O *ebó epistemológico*, como efeito gerador de encantamento nas esferas de saber, está imbricado a uma Pedagogia das Encruzilhadas. A pedagogia proposta opera diretamente nas obras do colonialismo como um contragolpe (Rufino, 2019, p.43).

É nesse sentido que o projeto pedagógico desenvolvido com o catálogo do MAB se destaca como uma experiência singular de educação museal anticolonial a partir dessa análise. As oficinas formativas, as sessões de fotografia com jovens negres, a escolha deliberada por uma curadoria visual insurgente, tudo isso conforma uma prática de ensino em que o museu deixa de ser espaço de contemplação passiva para tornar-se território de escuta, memória e invenção. Aqui, a educação museal não se limita a uma função mediadora entre o objeto e o público: ela se torna uma prática epistemológica que interroga os próprios fundamentos da museologia. Em vez de ensinar a África como um “outro” civilizacional, o MAB ensina a partir da África como matriz de pensamento, estética e corporeidade – uma África que não é endógena ou exógena. Trata-se das duas ao mesmo tempo. Dessa forma, podemos expandir tanto acervo quanto educação museal em suas propostas “antibinomiais”.

Essa experiência revela também as potencialidades de um ensino da história da África pautado pela ideia de “superioridade africana”, conforme propõe Carlos Lopes (1995). Ao destacar os saberes técnicos, os sistemas estéticos e os repertórios simbólicos presentes nas

peças do acervo, o catálogo e sua curadoria desestabilizam a lógica da “pirâmide invertida”, na qual as experiências africanas são sempre pensadas a partir da carência, do atraso ou da precariedade. Em vez disso, emerge uma África potente, inovadora, sofisticada, cujas materialidades são testemunhos de rationalidades outras – tão legítimas quanto silenciadas. Ensinar essa África no MAB é, portanto, um gesto de afirmação política e pedagógica, que contribui para o fortalecimento e a ampliação do repertório histórico dos participantes e educadores.

Por fim, a complexidade histórica e social africana, elemento central para qualquer proposta de ensino crítico da história da África, encontra no MAB, a partir do catálogo referenciado, um solo fértil para sua articulação. As peças do acervo, em sua diversidade formal e funcional, atestam a multiplicidade das experiências africanas e podem romper com as ideias de uma África homogênea ou essencializada. Ao mobilizar essas peças como operadores pedagógicos, os educadores do MAB podem construir percursos de aprendizagem que abordam desde os sistemas políticos do Sahel até as cosmologias religiosas do Golfo da Guiné, passando pelas redes comerciais, as práticas de escultura em madeira, os usos ceremoniais dos objetos e suas transposições para o Brasil; sem perder de vista suas ambivalências. Trata-se, portanto, de engendrar um ensino da história da África que seja simultaneamente situado, afetivo, “antibinomial” e epistêmico.

Em síntese, o Museu da Abolição, ao salvaguardar e reconfigurar o acervo de cultura material africana, oferece um campo fértil para práticas educativas que desafiam os cânones da história, da arte e da museologia. Os desafios que se colocam – da etnificação à opacidade, da escassez de informações à ambivalência classificatória – não inviabilizam a ação pedagógica; ao contrário, a nutrem de urgência e sentido. Cabe aos educadores, pesquisadores e curadores assumir esses desafios como matéria viva de ensino, transformando o museu em espaço de descolonização, de escuta crítica e de reencantamento da história africana. Afinal, como diz um dos provérbios que abrem o catálogo: “quando não souber para onde ir, olhe para trás e saiba pelo menos de onde você vem”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou operar deslocamentos na maneira como se pensa, se ensina e se vivencia a história da África no Brasil a partir da educação museal, tomando como chave de

leitura dois museus públicos brasileiros: o Museu da Inconfidência e o Museu da Abolição. Ao longo das seções anteriores, procuramos tensionar tanto as representações empobrecidas que ainda atravessam os objetos africanos nos museus brasileiros quanto às possibilidades de reinscrição crítica e pedagógica que emergem a partir de práticas museais anticoloniais. As experiências dos museus em questão – com todas as suas limitações e sua força simbólica e formativa – nos permitem pensar que há outros modos de ensinar a África, modos que não passam pela repetição do silêncio. Eles passam pela escuta atenta dos ecos materiais que resistem e reexistem nas vitrines.

A África que propusemos como horizonte formativo neste artigo não se limita à África dos impérios, dos saberes e das estéticas – embora também o seja. É, sobretudo, uma África que se inscreve como força epistemológica e pedagógica na atualidade. É uma África que está presente no acervo com suas próprias complexidades, uma África que não precisa de autorização para existir nos museus, porque já está lá – na madeira entalhada, no ferro fundido, no barro esculpido, no gesto de quem ousa ler esses materiais com olhos desobedientes.

As reflexões aqui desenvolvidas indicam que o ensino da história da África no Brasil precisa urgentemente sair do regime de exceção para o campo da permanência. Não se trata de tematizar a África em exposições pontuais ou em visitas escolares dirigidas. Devemos assumir a presença africana como fundante das instituições museais brasileiras. É nesse intervalo entre o institucional e o insurgente que se desenha uma nova pedagogia da presença.

Se, como afirmamos, os objetos são também operadores de historicidade, então a educação museal tem o papel fundamental de ativar suas camadas de sentido e expor suas contradições. O desafio é não estetizar a dor, nem folclorizar a diferença. Podemos permitir que os objetos falem, em suas relações e com os participantes – e que suas falas sejam ouvidas como enunciações políticas, epistemológicas e sensíveis. Ao interpelar o público, as práticas do Museu da Inconfidência e do MAB convocam um exercício de escuta que é, ao mesmo tempo, uma responsabilização histórica: o que fazemos com essas experiências, em termos de educação museal, diz muito sobre o que entendemos da África.

A noção de “educação museal anticolonial”, evocada ao longo deste texto, não é apenas uma proposta de readequação metodológica. Trata-se de um posicionamento político e epistêmico diante da história. Ela exige que se compreenda o museu como espaço de disputa por narrativas e por lugares de enunciação. Exige, também, que se desnaturalize a presença dos objetos africanos em museus brasileiros, reconhecendo que muitos deles são frutos de

deslocamentos violentos, de contextos apagados e de histórias interrompidas. Mas – e aquí reside a força da proposta – exige, sobretudo, que se imagine o que esses objetos ainda podem fazer quando colocados em contato com sujeitos dispostos a recontar a história de outro modo; trazendo suas agências a partir da mediação.

A pedagogia museal, nesse cenário, se configura como uma pedagogia da incerteza e da invenção. Uma pedagogia que não teme o vazio de informação, porque sabe que todo silêncio é histórico; que não se paralisa diante da ausência de contexto, porque reconhece a potência das conexões afetivas, visuais e estéticas. Trata-se de ensinar a história da África fora da dimensão da lacuna e na ativação da presença a ser convocada – presença múltipla, fragmentada, contraditória, viva. Uma presença que irrompe nos museus quando as vitrines deixam de ser cárceres e passam a ser espelhos, pontes, tambores.

Nesse sentido, os museus em questão não devem ser interpretados só como um caso entre outros. Eles servem de laboratório de possibilidades para o campo da educação museal no Brasil. Seus acervos, ao serem ressignificados por uma prática pedagógica emancipatória (Freire, 1996), revela o que os museus podem se tornar quando se abrem ao imprevisível da escuta, da coautoria e da história em disputa.

Ao final desta reflexão, não queremos oferecer um modelo. Intentamos propor uma ética da restituição simbólica, da escuta histórica e da pedagogia insurgente. O ensino da história da África nos museus brasileiros não será plenamente realizado enquanto os objetos africanos forem vistos como exóticos, enquanto seus contextos forem ignorados e suas potencialidades não forem mediadas nesta linha que trabalha pluralidade crítica com quebras de visões em formato de binômios analíticos. Propomos que esses objetos deixem de ser matéria de curiosidade e passem a ser instrumentos de crítica, de disputas de memória e reencantamento. Que não apenas estejam em museus. Que façam parte de um projeto coletivo de reescrever a história – não a história da África enquanto lugar distante, mas da África como presença radical por meio de suas “historicidades complexas” (Lopes, 1995).

Por fim, reafirmamos que, ao ensinar a história da África a partir dos museus, estamos lidando menos com objetos do que com possibilidades. Não se trata, portanto, de reificar os objetos. São possibilidades de retomar narrativas interditadas, de reconstituir redes de sentido e de transformar os museus em territórios de luta e aprendizagem. É nesse gesto de reinscrição – entre restos, rastros e retornos – que se desenha o futuro da história da África nos museus brasileiros. E é por esse gesto que continuaremos a escrever.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o dispositivo?* São Paulo: Autêntica, 2009.
- AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (orgs.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Ana Mae. Mediação cultural é social. In: BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane G. (Org.) *Arte/educação como mediação cultural e social*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. pp.13-22.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. *Museus e etnicidade - o negro no pensamento museal*: Sphan - Museu da Inconfidência - Museu do Ouro de Minas Gerais. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH- UFBA), 2013.
- BENNETT, Tony. *The birth of the museum: history, theory, politics*. London; New York: Routledge, 1995.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRULON SOARES, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, v. 28, 2020, pp. 1-30.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; SANTOS, Karlla Kamylla Passos dos. Sobre educação, museus e Museologia: especificidades e reciprocidades a partir de três gerações de educadoras. In: SILVA, Mauricio André da; COSTA, Andréa Fernandes (Orgs.) *História da Educação Museal no Brasil*. ICOM-CECA, 2024.
- CAMPET, Tina M. *Listening to Images*. Durham: Duke University Press, 2017.
- CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Aline (org.) *Seminários DEP/FLUP*, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, pp. 16-35. 2020.
- CLIFFORD, James. Museums as Contact Zones. In: CLIFFORD, James. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997, pp. 188–219.
- COOMBES, Annie E. *Reinventing Africa: Museums, material culture and popular imagination in late Victorian and Edwardian England*. New Haven: Yale University Press, 1994.

FERREIRA, Isabelle de O. Entre Cruzos Pedagógicos: Museu, Educação e Cultura Material Africana. *Verum: Revista de Iniciação Científica*, v. 4, n. 3, pp. 1-14, 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução. In: *História da África*: volume I – metodologia e pré-história africana. Brasília: UNESCO, 2010.

LAFONT, Anne. *A arte dos mundos negros*. História, teoria e crítica. São Paulo: Ubu, 2023.

LIMA, Mônica. História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco – História*, v. 15, n. 26, pp. 98-111, 2018.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, v. 30, 2022, pp. 1-29.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra*: história e civilizações – das origens aos dias atuais. São Paulo: Ática, 2009.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A Invenção da África*: gnose, filosofia e a ordem do saber. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MUSEU da Inconfidência. In: *Encyclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicoes/70104-museu-da-inconfidencia> Acesso em: 8 jul. 2025. Verbete da Encyclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

MUSEU da Abolição (MAB). In: *Encyclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicoes/79107-museu-da-abolicao-mab>. Acesso em: 8 jul. 2025. Verbete da Encyclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

FERREIRA, Isabelle de Oliveira; COSTA, Sandir Barros; SILVA, Wellington Ricardo da. *Cultura material africana: primeiro catálogo do Acervo de Arte Africana do Museu da Abolição*. Recife: Museu da Abolição/Ibram, 2022. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/687/843/2893>. Acesso em: 1 ago. 2025.

NGÜGÏ wa Thiong'o. *Descolonizando a mente*: a política linguística na literatura africana. Porto Alegre: Ed. Dublinense, 2025.

OLIVA, Anderson Ribeiro; CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da lei 10.639/2003. *Revista História Hoje*. São Paulo, v. 12, n. 25, 2023.

ROCHA, Ana Conrado Ferreira; SILVA, Luana Brunely da; ROMAGNOLI, Maria Celeste Bitarães. Decolonizar e (re)pensar as narrativas históricas: novas abordagens no Museu da Inconfidência. *Epígrafe*, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p. 80–96, 2024. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v13i2p80-96. Disponível em: <https://revistas.usp.br/epigrafe/article/view/222125>. Acesso em: 1 ago. 2025.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula , 2019.

RÚSSIO, Waldisa. A difusão do patrimônio: novas experiências em museus, programas educativos e promoção cultural. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010a. v. 1, pp. 164-175.

SARR, Felwine; SAVOY, Bénédicte. *Restituer le patrimoine africain: vers une nouvelle éthique relationnelle*. Paris: Ministère de la Culture, 2018. Disponível em: https://www.unimuseum.uniduebingen.de/fileadmin/content/05_Forschung Lehre/Provenienz/sarr_savoy_en.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

SCHEINER, Tereza. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, pp. 15-30, jan-abr. 2012.

SILVA, Mauricio André da; COSTA, Andréa Fernandes (Orgs.) *História da Educação Museal no Brasil*. ICOM-CECA, 2024.

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

ⁱ Ana Luiza Neves. Resumo do Currículo: Doutoranda em Museologia pela cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural na Universidade Lusófona-Lisboa (2025). Mestre em Artes com ênfase em História da Arte pela UFMG (2014). Especialista em Arte-Educação pela UEMG (2008). Graduada em História: Bacharelado e Licenciatura pela PUC-MG (2005). E-mail: ana.curadoria@gmail.com. Brief resume: PhD candidate in Museology at the UNESCO Chair in Education, Citizenship and Cultural Diversity at Universidade Lusófona (ULusófona), Lisbon (2025). Holds a Master's degree in Arts with an emphasis on Art History from the Federal University of Minas Gerais (UFMG) (2014). Specialist in Art Education from the Minas Gerais State University (UEMG) (2008). Holds a Bachelor's degree (BA and Teaching License) in History from the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC-MG) (2005).

ⁱⁱ Moisés Corrêa da Silva. Resumo do Currículo: Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2023). Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2018). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (2011). E-mail: moisescfonseca@gmail.com. Brief resume: Holds a PhD in Social History from the Federal University of Rio de Janeiro (2023). Earned a Master's degree in History from the Fluminense Federal University (2018). Holds both a Bachelor's degree and a Teaching License in History from the Fluminense Federal University (2011).